

**ARTEON Z1 ENERGIA S.A.**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022**

**ARTEON Z1 ENERGIA S.A.**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022**

**Conteúdo**

**Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações dos resultados**

**Demonstração dos resultados abrangentes**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**ARTEON Z1 ENERGIA S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arteon Z1 Energia S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteon Z1 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

#### Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, com relatório emitido em 27 de julho de 2022, sem ressalva.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2023



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 0018337/F-4**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. Ramos dos Santos', written over the printed name.

**Fernando Eduardo Ramos dos Santos**  
**Contador CRC 1 GO 014553/O-0**

**Arteon Z1 Energia S. A**

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	556	229
Concessionárias e permissionárias	6	1.425	1.180
Adiantamento a fornecedores	5	686	1.767
Ativo Contratual de Concessão	7	3.562	713
Tributos a compensar		49	50
Despesas antecipadas		36	9
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.314</b>	<b>3.948</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito	8	-	28
Ativo contratual de concessão	7	84.359	88.054
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>84.359</b>	<b>88.082</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>90.673</b>	<b>92.030</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	9	71	1.075
Obrigações tributárias		141	129
Encargos setoriais		95	39
Impostos diferidos	11	240	479
Dividendos obrigatórios	12	2.124	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.672</b>	<b>1.722</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	11	5.675	5.450
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.675</b>	<b>5.450</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	57.886	57.886
Reserva de lucros		23.497	26.391
Adiantamento para futuro aumento de capital		943	581
<b>Total do patrimônio líquido + AFAC</b>		<b>82.326</b>	<b>84.858</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>90.673</b>	<b>92.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Arteon Z1 Energia S. A**

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13</b>	<b>11.092</b>	<b>17.665</b>
Custo de implementação e infraestrutura	14	-	(1.980)
Custos operacionais	15	(1.311)	(338)
<b>Lucro bruto</b>		<b>9.781</b>	<b>15.347</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(421)	(136)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>9.360</b>	<b>15.211</b>
Receitas financeiras		49	51
Despesas financeiras		(85)	(1.394)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17</b>	<b>(36)</b>	<b>(1.343)</b>
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>		<b>9.324</b>	<b>13.868</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(376)	(226)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1	(246)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.949</b>	<b>13.396</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Arteon Z1 Energia S. A**

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro líquido do exercício	8.949	13.396
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>8.949</b>	<b>13.396</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Arteon Z1 Energia S.A**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva retenção lucros	Resultados acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>45.176</b>	<b>1.260</b>	<b>5.986</b>	<b>17.960</b>	<b>65</b>	<b>7.200</b>	<b>77.647</b>
Integralização de capital	12.710	-	-	-	-	(12.710)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	6.091	6.091
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.396	-	6.203
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(12.276)	-	-	(12.276)
Constituição de reserva legal	-	670	-	-	(670)	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	3.182	-	(3.182)	-	-
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	9.544	(9.544)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>57.886</b>	<b>1.930</b>	<b>9.168</b>	<b>15.228</b>	<b>65</b>	<b>581</b>	<b>84.858</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	362	362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.949	-	8.949
Dividendos	-	-	(5.579)	(4.139)	-	-	(9.718)
Dividendos propostos	-	-	(2.125)	-	-	-	(2.125)
Constituição de reserva legal	-	447	-	-	(447)	-	-
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	6.376	(6.376)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>57.886</b>	<b>2.377</b>	<b>1.464</b>	<b>17.465</b>	<b>2.190</b>	<b>943</b>	<b>82.326</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Arteon Z1 Energia S. A**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>8.949</b>	<b>13.396</b>
IR e CSLL Diferidos	-	144
Pis e COFINS Diferidos	-	166
	<b>8.949</b>	<b>13.706</b>
<b>(Aumento) diminuição nos ativos operacionais</b>		
Ativo contratual de concessão	846	(8.100)
Despesas antecipadas	(27)	75
Tributos a compensar	1	(65)
Concessionárias e permissionárias	(245)	(483)
Adiantamento a fornecedores	1.081	(1.444)
<b>Aumento (diminuição) nos passivos operacionais</b>		
Obrigações tributárias	12	33
Encargos Setoriais	56	39
Fornecedores	(1.004)	(3.795)
Outros	-	1.327
Impostos diferidos	(14)	310
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>9.655</b>	<b>1.603</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Caixa restrito	28	4.772
<b>Fluxo de caixa nas atividades de investimentos</b>	<b>28</b>	<b>4.772</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Adiantamento para futuro de capital	362	6.091
Dividendos pagos	(9.718)	(12.276)
Despesa Financeira	-	(1.332)
<b>Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos</b>	<b>(9.356)</b>	<b>(7.517)</b>
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>327</b>	<b>(1.142)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	229	1.371
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	556	229
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>327</b>	<b>(1.142)</b>

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Objeto Social

A Arteon Z1 Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de julho de 2017 e está estabelecida no município de Brasília/DF, tendo por objeto social a exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Arteon Z Transmissão e Participações S.A detêm 100% do capital social da Companhia.

### 1.2. Concessão

No dia 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o contrato de concessão nº 029/2017, que regula a concessão de serviços públicos de transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, composta pela subestação de Resende 500/138 kV, 3x100 MVA e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio, localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia entrou em operação comercial de forma integral, devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 2 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

### 1.3. Receita Anual Permitida - RAP

Os contratos de concessão asseguram Receita Anual Permitida - RAP totalizando R\$ 12.588.672,33 (doze milhões e quinhentos e oitenta e oito mil e seiscentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Características do contrato:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Receita Anual Permitida - RAP		
				Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês Base
Arteon Z1 S.A (*)	29/2017	30	11/08/2047	5	2023	IPCA	12.589	07/2022

(\*) SE Resende 500/138 kV 3x100 MVA localizada no Estado do Rio de Janeiro.

#### 1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As subsidiárias aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

#### 1.5. Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 53, de publicada em 22 de agosto de 2018.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. (“moeda funcional”)

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato (Wacc regulatório). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A

transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

### 3. Principais práticas contábeis

#### 3.1 Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes e caixa, clientes, empréstimo e financiamentos, e outras contas a receber e a pagar.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa

contratuais e os termos contratuais desses ativos devem gerar exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

### 3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

### 3.1.2 Ativo contratual da concessão

De acordo com o OCPC05, parágrafo 84, as concessionárias de transmissão de energia têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura. A obrigação de construção da infraestrutura pode estar de forma implícita ou explícita no contrato de concessão.

Adicionalmente, na atividade de transmissão, a receita anual permitida (RAP) prevista no contrato de concessão é realizada pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende do grau de utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existindo “risco de demanda” na operação típica de uma Transmissora. Todavia, a RAP pode ser reduzida em decorrência de indisponibilidade dos sistemas.

A remuneração ao concessionário de transmissão se dá por dois fluxos:

RAP - parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente durante o prazo de concessão;

Indenização dos bens reversíveis no final do prazo de operação da concessão a ser recebida do poder concedente, quando aplicável.

Com o CPC 47-Receita de Contrato com Cliente. O CPC47 as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. Em consequência ao CPC 47, o ICPC01-Contratos de Concessão foi alterado de forma a conciliar a nova norma contábil de receita de contratos com clientes que trouxe dentre outras a definição do ativo contratual, bem como o requerimento claro e explícito de identificação, determinação e alocação de receita conforme a satisfação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com os clientes da entidade.

Conforme a alteração normativa do ICPC01 trazida pelo CPC47, no parágrafo 19, a natureza da remuneração paga pela concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e que a natureza da contrapartida determina a contabilização subsequente. Todavia, em todos os casos devem ser classificados como “ativo de contrato” durante o período de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 e tão somente após satisfeita a performance que o ativo deve ser registrado como ativo financeiro, ou seja, após o faturamento.

De acordo com a orientação da CVM através do Ofício Sep 04/2020, para a adequada mensuração do ativo contratual a Companhia deve substancialmente considerar no seu modelo:

- Taxa de remuneração dos contratos sendo a TIR implícita após aplicação das margens
- Taxa de remuneração - TIR - imutável durante a execução contratual
- Identificar margens de construção e OeM
- Aplicar os efeitos da RTP sendo: para OeM por competência de acordo com a execução contratual e demais alterações diretamente no resultado

### 3.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre a bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando há previsão da existência de bases tributáveis, para as quais as diferenças temporárias e os prejuízos possam ser compensados.

### 3.3 Fornecedores

A conta fornecedores registra valores a pagar com base em notas fiscais de aquisição, faturas recebidas medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente.

### 3.4 Receitas

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

No período pré-operacional é reconhecida a receita de infraestrutura referente aos serviços de implementação, ampliação, reforços e melhorias das instalações de energia elétrica. Essa receita é reconhecida conforme os gastos incorridos na construção e calculada acrescendo se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Já no período operacional são registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura e receita de Operação e Manutenção que consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

### 3.5 Custos e Despesas

Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. Em outras situações são estimadas e provisionadas conforme a melhor estimativa tendo como base critérios uniformes e regulares.

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos).

### 3.6 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos e empréstimos, são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço. Os financiamentos e empréstimos com vencimento até um ano são classificados como passivo circulante. Os financiamentos e empréstimos com vencimento superior a 12 meses da data do balanço são classificados no passivo não circulante.

O custo dos empréstimos atribuídos à aquisição ou construção do ativo imobilizado é capitalizado como parte do custo destes ativos até o início da operação comercial. O custo dos empréstimos atribuídos aos bens que comporão o ativo contratual (contratos de concessão) é reconhecido diretamente no resultado.

### 3.7 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo.

## 4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixas e Bancos	520	13
Aplicações financeiras	36	216
	<u>556</u>	<u>229</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de liquidez diária, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A rentabilidade da aplicação CDB Auto Mais - Itaú em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,65% a.m

## 5. Adiantamento a fornecedores

O saldo das contas de adiantamento a fornecedores, referem-se a contratações de serviços técnicos profissionais e aquisição de materiais, equipamentos, serviços contratados para construção de instalações de transmissão.

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	686	1.767
	<u>686</u>	<u>1.767</u>

## 6. Concessionárias e permissionárias

Valores referentes ao faturamento da “Receita Anual Permitida” (RAP) e “Demais Instalações de Transmissão” (DITs), da parte que entrou em operação comercial, a receber em 3 (três) parcelas, vincendas nos dias 15 e 25 do mês subsequente ao faturamento, e 05 do segundo mês subsequente.

Abaixo os principais clientes:

	31/12/2022	31/12/2021
Ampla Energia	1.181	734
Outros	244	446

Arteon Z1 Energia S.A  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	1.425	1.180
--	-------	-------

A Companhia avaliou que não existem perdas esperadas de crédito em 31 de dezembro de 2022.

## 7. Ativo contratual de concessão

Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente.

Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Abaixo a movimentação do ativo de contratual:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>88.767</b>	<b>80.977</b>
Receita de implementação da infraestrutura	-	303
Margem de implementação de infraestrutura	-	96
Remuneração do ativo de concessão	8.858	16.213
Receita de operação e manutenção	2.873	1.694
Receita anual permitida realizada	(12.577)	(10.516)
<b>Saldo final</b>	<b>87.921</b>	<b>88.767</b>
Circulante	3.562	737
Não circulante	84.359	88.054

## 8. Caixa restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira - conta reserva	-	28
	-	28

Em 31 de dezembro de 2022, a Arteon Z1 Energia S.A não possui saldo de conta reserva (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2021), ocorreu transferência para conta movimento durante o exercício, devido a realização de alguns covenants, assim, foi descontinuada a obrigação de manter caixa restrito. A Conta refere-se a garantia em Conta Vinculada da Caixa Econômica Federal de não livre movimentação, conforme Cláusula 5.1.1 b) do Instrumento Particular registrado no 3º Ofício de Registros de Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo, sob o Microfilme nº 9025990 de 08/05/2019 e 9025899 de 07/05/2019, firmado entre a XP Infra II Fundo de Investimentos em Participações de Infraestrutura entre a controladora da Companhia Arteon Z Transmissão e Participações S/A em que a Arteon Z1 Energia S/A, figura na qualidade de interveniente garantidora da operação.

## 9. Fornecedores

A redução em 2022 deve-se a compensação em adiantamento a fornecedores de notas em de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

Arteon Z1 Energia S.A  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Fornecedores	71	1.075
	<u>71</u>	<u>1.075</u>

Inclui obrigações com a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e serviços relacionadas a implantação do empreendimento.

## 10. Provisões

### Provisão para demanda judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

#### a. Processos Prováveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam processos com probabilidade de perda provável.

#### b. Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam ação judicial com probabilidade de perda possível.

## 11. Tributos diferidos

### (a) Tributos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido passivo	1.756	1.738
Contribuição social diferida passiva	<u>949</u>	<u>969</u>
	<b>2.705</b>	<b>2.707</b>
PIS diferido	572	574
COFINS diferido	<u>2.638</u>	<u>2.648</u>
	<b>3.210</b>	<b>3.222</b>
<b>Total</b>	<u><b>5.915</b></u>	<u><b>5.929</b></u>
Circulante	240	479
Não circulante	5.675	5.450

	2022
<b>IR Diferido</b>	
Saldo inicial	1.737
Adições	161
Baixa	<u>(142)</u>
<b>Saldo final</b>	<b>1.756</b>

Arteon Z1 Energia S.A  
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

CSLL Diferido	
Saldo inicial	968
Adições	97
Baixa	(115)
<b>Saldo final</b>	<b>950</b>
IRPJ reconhecido no resultado	113
CSLL reconhecido no resultado	(112)
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>1</b>

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

## 12. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 45.176, representado por 45.176.132 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da Arteon Z Transmissão e Participações S.A.

Em 01 de janeiro de 2021 através da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a capitalização de R\$ 7.200 de saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC realizados- AFAC realizado no ano de 2021

Em 03 de novembro de 2021 através da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a capitalização de R\$ 5.510 de saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC realizados- AFAC realizado no ano de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$ 57.886, representado por 57.886.132 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da Arteon Z Transmissão e Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, foi destinado o total de R\$ 2.125 de dividendos a serem distribuídos conforme definição de AGO ao decorrer de 2023.

### (b) Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de administração e Assembleia geral Extraordinária - AGE, autorizou o início do processo de aumento de capital da Companhia utilizando os recursos já consignados em seu patrimônio líquido sob a forma de adiantamentos para futuro aumento de capital - (AFACs), totalizando em R\$ 362.

### (c) Reservas de lucros

c.1) Reserva legal: de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Arteon Z1 Energia S.A  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c.2) Reserva de lucros a realizar: Refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório (25%), que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

**(d) Destinação dos lucros**

A Administração propõe a seguinte destinação:

Destinação dos Lucros	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	8.949	13.396
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(447)</u>	<u>(670)</u>
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	<b>8.502</b>	<b>12.726</b>
Destinação de dividendos	2.125	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	<u>-</u>	<u>3.182</u>
<b>Constituição de reserva de retenção de lucros</b>	<b>6.376</b>	<b>9.545</b>

**13.Receita operacional líquida**

Em 31 de dezembro de 2022 a receita com ativo contratual está sendo reconhecida através da taxa de 10,67%. A taxa de desconto foi determinada conforme o WACC Regulatória. A Wacc é estabelecida pela aneel no momento do leilão, refere-se a taxa de retorno esperada pela concessão. Além disso, ocorreu recálculo anual do Ativo Contratual, que é efetuado a partir do reconhecimento da receita regulatória conforme resolução homologatória N° 2895 de 13 de julho de 2022. A Receita de Construção está sendo reconhecida através do custo de construção, com margem de construção 24,24%

Receita de implementação de infraestrutura (a) e (b)	-	303
Margem de implementação de infraestrutura	-	96
Remuneração do ativo de concessão (b)	8.858	16.213
Receita de operação e manutenção	2.873	1.694
<b>Receita bruta</b>	<b>11.731</b>	<b>18.306</b>
PIS	(81)	(97)
COFINS	(377)	(450)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(134)	(67)
TFSEE - Taxa de fisco de serviços de energia elétrica	(47)	(27)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.092</b>	<b>17.665</b>
a. Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção		

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela companhia. Quando presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregue.

Arteon Z1 Energia S.A  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b. Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado, estabelecida no início dos contratos.

**14. Custo de implementação e infraestrutura**

A Companhia entrou em operação comercial em 06 de junho de 2020, assim, o custo realizado de 2021 era apenas saldos de finalização de contratos, para conclusão total do empreendimento. Em 2022, não ocorreu custos referentes a implementação e infraestrutura.

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	-	(1.980)
	<u>-</u>	<u>(1.980)</u>

**15. Custo de operação**

O aumento na rubrica de manutenção e conservação dos equipamentos e materiais (O&M) refere-se a estratégia da Companhia na busca por maior eficiência operacional.

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(1.256)	(40)
Material	(3)	(74)
Aluguéis	(42)	(11)
Tributos	-	-
Outros	(10)	(213)
	<u>(1.311)</u>	<u>(338)</u>

**16. Despesas administrativas**

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(329)	(85)
Material	(2)	(2)
Aluguéis	(40)	(15)
Tributos	7	(34)
Outros	(43)	-
	<u>(421)</u>	<u>(136)</u>

Arteon Z1 Energia S.A  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## 17. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	49	51
	<u>49</u>	<u>51</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(1)	(1.332)
Multas	-	(14)
IOF, Comissões e Taxas	(38)	(23)
Outros	(46)	(25)
	<u>(85)</u>	<u>(1.394)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(36)</u>	<u>(1.343)</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2021 foi realizado o pagamento de juros vinculado ao Instrumento Particular registrado no 3º Ofício de Registros de Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo, sob o Microfilme nº 9025990 de 08/05/2019 e 9025899 de 07/05/2019, firmado entre a XP Infra II Fundo de Investimentos em Participações de Infraestrutura entre a controladora da Companhia Arteon Z Transmissão e Participações S/A em que a Arteon Z1 Energia S/A, figura na qualidade de interveniente garantidora da operação.

## 18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da Operação	Parte relacionada	2022	
		Ativo	Passivo
AFAC - Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Arteon Z Participações S.A.	-	362

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital recebido da controladora Arteon Z Transmissão e Participações S.A. a ser integralizado no exercício de 2022.

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

## 19. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e

Arteon Z1 Energia S.A  
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;  
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e  
Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

#### 19.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Caixa bancos	2	520	13
<b>Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações financeiras	2	36	216
Caixa restrito	2	-	28
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>			
Fornecedores	2	71	1.075

#### 20. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Risco de crédito

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos

bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## **21. Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

## **22. Seguros (não auditado)**

A Companhia tem uma política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia.

## **23. Eventos subsequentes**

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022."

\*\*\*\*\*